

## REESTRUTURAÇÃO URBANA E CRIAÇÃO DE NOVAS CENTRALIDADES: Considerações Sobre os *Shoppings Centers*

Lidiane Aparecida Alves  
[lidianeaa@yahoo.com.br](mailto:lidianeaa@yahoo.com.br)

Mestranda da Universidade Federal de Uberlândia

### RESUMO

O espaço urbano, entendido enquanto a condição, meio e produto das ações realizadas pela sociedade ao longo do tempo, apresenta-se em constante reestruturação, segundo as imposições do modo capitalista de produção, que passa por modificações, a fim de assegurar a reprodução do capital. Como resultado do processo de reestruturação produtiva tem-se reestruturação urbana, consubstanciada nas novas centralidades, a exemplo dos *Shopping Centers*. Essas novas centralidades criam novas dinâmicas econômicas e espaciais (re)definindo as funções em seu entorno e da área central. Diante da relevância dessa temática, através deste estudo busca tecer considerações sobre os *Shopping Centers*, vistos enquanto resultado das modificações no processo produtivo, cujos reflexos são diretamente sentidos na dinâmica urbana, no âmbito do processo de reestruturação urbana, a partir da criação de novas centralidades. Espera-se a partir das discussões realizadas, contribuir com os estudos de geografia urbana, especificamente com aqueles referentes ao processo de reestruturação urbana, e surgimento de novas centralidades.

**Palavras-chave:** Reestruturação urbana, descentralização, novas centralidades, *Shopping Centers*.

### URBAN RESTRUCTURING AND CREATION OF NEW CENTERS: Considerations on The Shopping Centers

### ABSTRACT

The urban space, understood as condition, means and product of actions taken by the society over time, is presented in constant restructuring, according to the dictates of the capitalist mode of production, which is constantly modified in order to ensure the reproduction of capital. As a result of the productive restructuring has been the urban restructuring, reflected in the new centers, like the shopping centers. These new centers create new economic and spatial dynamics (re)defining the functions in its neighborhood and the central area. By the importance of this theme, this study seeks comment about the Shopping Centers, seen as a result of changes in the productive process, whose consequences are directly felt in the urban dynamics in the process of urban restructuring, by the creation of new centers. It is expected, with these discussions, to contribute to studies of urban geography, specifically those relating to the process of urban restructuring, and the emergence of new centers.

**Keywords:** Urban restructuring, decentralization, new centers, shopping centers.

### INTRODUÇÃO

O espaço urbano, entendido enquanto a condição, meio e produto das ações realizadas pela sociedade ao longo do tempo, apresenta-se em constante movimento refletindo as ações dos agentes sociais, as quais, grosso modo, estão vinculadas aos desígnios mercadológicos, visto que as cidades são ambientes privilegiados para a reprodução do capital, por meio do consumo de bens e mercadorias, necessitando para tanto de espaços específicos para a concretização desse processo.

A intrínseca relação das atividades comerciais, resguardadas as particularidades de suas características em cada período da história, e o espaço urbano ocorre desde à antiguidade,

---

Recebido em 22/11/2010

Aprovado para publicação em 09/02/2011

quando surgiram as primeiras cidades<sup>2</sup>. A relação dialética entre desenvolvimento da urbanização e das atividades comerciais e o modo capitalista de produção remonta a idade média, sendo que as modificações no processo de reprodução do capital são refletidas no espaço urbano, na medida em que suas atividades, fundamentalmente as atividades de comércio e serviços, passam por (re)alocações e (re)funcionalizações.

As mudanças sociais e econômicas da sociedade são responsáveis pelo estabelecimento de novas áreas comerciais no interior das cidades. A reestruturação comercial da cidade foi acentuada, principalmente após a segunda Guerra Mundial, a partir da materialização dos processos de descentralização e “recentralização” condicionada pelo crescimento demográfico e espacial da cidade, desenvolvimento de meios de transportes com maior grau de flexibilidade, em decorrência dos avanços da indústria automobilística combinado com a atuação de forças centrípetas nas áreas não centrais e centrífugas na área central (COLBY *apud* CORRÊA, 1997, p.125- 126), com o aumento da renda per capita e com as mudanças de hábito dos consumidores.

Como consequência houve certa perda de soberania da área central em detrimento ao fortalecimento das áreas não centrais a partir do surgimento de novas centralidades, que são expressões do processo socioespacial de descentralização, cujo fenômeno constitui objeto de interesse de diversos pesquisadores, de diferentes áreas do conhecimento e de variadas correntes epistemológicas.

Dentre as novas centralidades surgidas a partir da concretização do processo de descentralização, Kelley (1955) *apud* Serpa (1991, p.54) destaca o moderno *Shopping Center*, visto como uma nova forma planejada de organização das atividades terciárias descentralizadas, com estacionamentos e presença de lojas âncoras. Empreendimentos estes que tendem a permanecer aumentando ao longo dos anos, dadas suas características próprias em sincronia com os desígnios da atual conjuntura econômico-espacial.

Diante da riqueza de aspectos e questões inerente aos *Shopping Centers*, destaca-se a existência de uma gama de possibilidades para a abordagem desse objeto, abarcando desde o viés de sua dinâmica, as diferentes localizações do comércio varejista no espaço urbano, perpassando pelos desdobramentos do sistema capitalista nas esferas da vida cotidiana, e, atingindo as leituras mais simbólicas, onde estes espaços transformam em produtos do consumo acessível a apenas parcela da população expressando a desigualdade social, fortalecida por essa estrutura comercial, cuja essência e fenômeno é capitalista. A partir do exposto, o presente artigo busca tecer considerações acerca dos *Shopping Centers*, vistos enquanto resultado das modificações no processo produtivo, cujos reflexos são materializados na dinâmica urbana, no âmbito do processo de reestruturação urbana, a partir da criação de novas centralidades.

### **ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O MODO DE PRODUÇÃO E A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

As transformações advindas do progresso da ciência e da informação à luz do final do século XX e início do século XXI assinalaram profundas transformações sociais e viabilizaram a implementação da reestruturação do sistema capitalista de produção, colocando-nos desafiadoras questões sobre os processos de urbanização, reestruturação e refuncionalização das cidades, visto que as mudanças incorporadas pelo espaço geográfico consubstanciaram em maior grau de flexibilidade e complementaridade espaço-temporal. É reconhecida a relevância da reestruturação produtiva e seus impactos na sociedade e, por conseguinte, no espaço, no entanto, apesar do reconhecimento dessa influência no modo de estruturação do espaço urbano, ainda não são muitos os estudos que abordem as reais transformações acarretadas pelo processo na estrutura produtiva, política e social nos espaços intra e interurbanos.

É próprio da dinâmica do modo de produção capitalista atravessar por crises e transformações a fim de assegurar a reprodução do capital. A última reestruturação significativa desse modo de

<sup>2</sup> Cabe destacar que a origem da cidade deve-se ao início da divisão social do trabalho, ao desenvolvimento econômico, porém as primeiras apresentavam funções política e religiosa. A função comercial se desenvolveu mais tarde, especialmente no último período da Idade Média, quando condicionou o ressurgimento de algumas cidades que haviam entrado em decadência.

produção ocorreu em meados da década de 1970 e suscitou a mudança do modelo de produção pautado na lógica de produção fordista, produção em massa, para a produção flexível<sup>3</sup>, caracterizada pela preocupação com o mercado de consumo e com estratégias de redução de custos, o que reflete em modificações na espacialização do sistema de produção e das empresas, bem como na concretização de modificações econômicas, políticas e financeiras em diferentes escalas.

Historicamente, a reestruturação do sistema capitalista da década de 1970 coincide com a concretização de processos como a emergência de novas tecnologias de informação e comunicação e de novos movimentos sociais e culturais de orientação liberadora, que apesar de não existir uma relação direta entre os acontecimentos, pode-se inferir a convergência dos mesmos, pois conforme afirma Castells (1999, p.69) "até certo ponto, a disponibilidade de novas tecnologias constituídas como um sistema na década de 70 foi uma base fundamental para o processo de reestruturação econômica dos anos de 80."

Essa nova fase do modo capitalista de produção passa então, a se pautar na reprodução do capital financeiro, em detrimento ao capital industrial, assim a produção passa a ser segmentada e definida a cada momento pelas demandas solváveis do mercado, bem como as relações com o território passam a ser mais fluídas, com investimentos oscilando territorialmente, ou seja, as empresas em vez de mudarem, realizam negociações de ações de empresas já instaladas e que detêm parcelas do mercado consumidor. (WHITACKER, 2003, p.32).

Neste sentido, Harvey, (2004, p. 184) coloca que a presença de aspectos financeiros e o gradual aumento do papel do crédito são demonstrativos da concretização do novo modo capitalista de produção, no qual, de acordo com Castells (1999, p.101), as empresas buscavam novas estratégias, como a inovação tecnológica e descentralização organizacional para resultados a longo prazo, e, redução dos custos de produção, aumento da produtividade, ampliação do mercado e aceleração do giro do capital para a obtenção de resultados a prazos mais curtos. A fim de encontrar mercado consumidor para a crescente diversidade de produtos e serviços que estavam sendo produzidos houve uma intensificação do comércio em relação à produção, desencadeando um grande crescimento econômico em todo mundo.

Assim sendo, as novas características do modo de produção vigente se reproduzem nas práticas socioespaciais, nas transformações no papel do Estado, nas relações de trabalho, nos padrões de consumo global, entre outras, demonstrando uma íntima relação entre as transformações técnicas e econômicas e a redefinição de diversas dimensões da vida social, cujos efeitos desse fenômeno, resguardadas as devidas particularidades, foram vistos em todas as porções do espaço. A concretização do processo de reestruturação do capitalismo e das intensas transformações ocorridas nesse contexto foi explicada por Castells da seguinte forma

[...] o próprio capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; considerável fortalecimento do papel do capital vis-à-vis o trabalho, com o declínio concomitante da influência dos movimentos dos trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho, com o declínio concomitante da influência dos movimentos de trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado do bem-estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas de cada sociedade; aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e a gestão de capital. (CASTELLS, 1999, p.21-22).

Além das transformações no modo de produção, a década de 1970 igualmente foi balizadora no processo de urbanização, que a partir desse momento passou por significativas modificações, qualquer que fosse o tamanho territorial ou demográfico das cidades, afinal

<sup>3</sup> Conforme a denominação utilizada por Harvey (2004) e por Benko (1996), ou de acordo com Soja (1993), que utilizava a terminologia *especialização flexível*.

como colocado por Whitacker (2003, p.61) “a cidade é cristalização da urbanização e essa, enquanto processo, não é definida, *in fine*, mas se articula à produção ampla e restrita”. Com efeito, nota-se a concretização de transformações na configuração da rede urbana, bem como na estrutura interna das cidades.

No âmbito intraurbano, a partir desse período as cidades médias passariam por modificações, com redefinições nos padrões de uso do solo, da lógica das centralidades e novas relações espaço-temporais, conforme demonstrado nos estudos de Sposito (1991, 2004); Montessoro (1999); Whitacker (2003); e Silva (2006).

De modo geral, como parte constituinte da acumulação de capital, a reestruturação produtiva, implicou a reestruturação urbana, através da criação de novas dinâmicas econômicas e territoriais, redefinindo as centralidades. As novas formas produtivas corroboram com a atuação do capital, e simultaneamente alteram as formas urbanas, colocando em redefinição o par dialético centro-periferia, criando novas espacialidades e temporalidades, modificando as morfologias inerentes ao assentamento urbano em todos os níveis da sociedade, abarcando assim os espaços em suas mais diferentes escalas (SANT'ANA, 2008, p.1267).

Todavia, apesar dessas intensas transformações, é reconhecido que não houve grande crescimento na quantidade de estudos que busquem compreender, segundo Villaça (2001, p.25) “os processos socioespaciais intraurbanos mais significativos, e muito menos para as conexões entre as transformações das esferas socioeconômicas e as espaciais”, referindo a estas na perspectiva socioespacial.

### **ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A REESTRUTURAÇÃO URBANA**

Para compreender a dinâmica urbana, consubstanciada em constantes transformações e permanências, faz-se necessário remeter a discussão do processo de reestruturação. Neste sentido, merece destaque o pioneirismo dos estudos clássicos desenvolvidos nas escolas francesa e anglo-saxônica de Geografia, que apesar de possuírem matrizes diferentes contribuíram para o avanço no entendimento da morfologia urbana.

Em ambas correntes vigentes no início do século XX, a estrutura urbana era concebida a partir do arranjo entre formas e funções dos usos do solo, os quais eram marcados pela permanência e não pelos fluxos (WHITACKER, 2003, p.123). Historicamente, essa concepção vem sendo utilizada pela Geografia Urbana, contudo, sofrendo as adequações necessárias ao longo dos anos.

Para Sposito (1991, p.5) “a estrutura urbana diz respeito ao arranjos dos diferentes usos do solo no interior das cidades; sendo assim o mosaico-resultado deste processo de alocação/relocação das atividades econômicas e das funções residenciais e de lazer nas cidades”. Desse modo, a estrutura urbana se refere a organização espacial das formas e funções urbanas, em determinado momento histórico conforme afirma Padilha *apud* Sposito (1991, p.6) a estrutura urbana seria a realidade urbana concebida e conceitualizada a um dado nível de abstração. Vemo-nos assim desembocando (a estrutura urbana) no fenômeno urbano entendido como desenvolvimento de uma sociedade no espaço. De modo convergente Carlos *apud* Sant'ana (2008, p.1261) coloca que a estrutura urbana constitui a

[...] expressão do estágio de desenvolvimento das formas produtivas em que a concentração espacial dos recursos corresponde a uma necessidade ditada pela exigência da acumulação. (CARLOS, 1994, p.16).

Perspectiva semelhante também é adotada por Villaça (2001, p. 327) ao definir a estrutura urbana “enquanto um todo articulado de partes que se relacionam, no qual alterações em uma parte, ou em uma relação, acarretam alterações nas demais partes e relações”.

Partindo dessas presunções, ao contrário de constituir algo estático, a estrutura urbana, mostra-se dinâmica, representando um período do processo de estruturação. No que concerne aos termos estruturação e reestruturação, ambos possuem características semelhantes, representando um processo imprescindível para a manutenção da permanente produção urbana da cidade. A priorização de um termo em detrimento de outro deve-se mais à época que o fenômeno esteja retratando, sendo o primeiro mais apropriado até os anos de 1960, e o segundo após os anos 1980, visto que após esse período a realidade passa a ser marcada por

uma maior dinamicidade, sendo o arranjo não mais um resultado, mas sempre um processo que altera a situação pré-existente. Além disso, esse processo apresenta-se em dois níveis: 1) na organização e reorganização dos espaços da produção e do consumo da cidade e 2) nos símbolos, signos e sinais comercializados pela e na cidade. (WHITACKER, 2003, p.123).

Sob perspectiva semelhante Sposito (2004) destaca que o termo reestruturação deve ser utilizado para se fazer referência aos períodos em que são mais amplas e intensas a ocorrência de mudanças que orientam os processos de estruturação urbana e das cidades. Sendo a reestrutura urbana, termo mais adequado para se tratar das dinâmicas mais recentes nos âmbitos regionais ou referentes às redes urbanas e a reestruturação das cidades. (SANT'ANA, 2008, p.1261). A estruturação refere-se à concretização de um processo, conforme indicado por Sposito (2004, p.312) *contínuo, múltiplo e contraditório*, referente à expansão territorial e de usos do solo, bem como pela substituição de certas formas e usos de solo urbano, que outrora apresentaram algum grau de importância econômica, simbólica ou social. Neste sentido,

O processo de reestruturação urbana e da cidade traduz as profundas transformações pelas quais as cidades, bem como a vida urbana, vêm passando nas últimas décadas. São mudanças que não estão circunscritas apenas a estrutura urbana, no sentido do conteúdo e da dinâmica que (re)produz os usos do solo na cidade, mas, acima de tudo, à teia de relações tecidas no espaço, que, paulatinamente, redefine a trama cidadina. Ademais, implica entender a estrutura urbana a partir do processo histórico que a constitui e, segundo Lefebvre (1968), ele é determinado por continuidades e descontinuidades, estruturas e desestruturas, evoluções e revoluções no tempo. (SANTOS, 2008, p.5).

Didaticamente alguns autores têm adotado distinções entre as terminologias estruturação urbana e da cidade, pois apesar de apresentarem-se de forma articulada porque não há estruturação urbana sem estruturação da cidade e vice-versa como destacado por Sposito (2004), existem particularidades em relação aos seus papéis, sendo que a primeira, a grosso modo, abarca os processos urbanos como um todo e a segunda enfatiza a morfologia da cidade.

Diante dessa perspectiva, cabe destacar as proposições de Sposito (2004) e Santos (1996), onde a expressão *estruturação urbana* refere-se ao conteúdo e as contradições, continuidades e descontinuidades, ações e reações associadas ao processo de urbanização, um *sistema de ações*, que assegura ao mesmo tempo em que é determinado pela produção espacial. E a expressão *estruturação das cidades* retrata a materialização de tais processos, continuidades e continuidades territoriais, ações e reações, no nível intra-urbano, pensando no *sistema de objetos*, assim, os termos reestruturação urbana e reestruturação da cidade, respectivamente, correspondem ao urbano e à cidade (SANTOS, 2008, p.6).

Neste ponto em que são consideradas as escalas do processo de reestruturação urbana, nota-se que há um consenso da concretização desse processo em escalas locais, regionais, nacionais e global. Todavia, conforme enfatizado por Villaça, comumente ocorrem deturpações em relação ao nível em que é realizada a análise, ao seja, o que se chama estruturação urbana não é estruturação (ou reestruturação) urbana, mas estruturação (ou reestruturação) regional, pois não aborda o elemento urbano da estrutura regional, o processo de urbanização enquanto processo do espaço regional (VILLAÇA, 2001, p. 19). Assim, para o referido autor para evitar redundâncias e armadilhas como essa, é essencial o entendimento dessas formalidades referentes as especificidades do processo de reestruturação.

Como a reestruturação do espaço urbano é em grande medida comandada pelo jogo de interesses de classes no âmbito de ações políticas, culturais, e econômicas; e principalmente nos últimos anos pautada no aumento de investimentos para reprodução financeira, fortalecendo a contradição entre espaços de consumo e consumo de espaços para a reprodução, gerando redefinições na organização da estrutura urbana. Ao analisar esse processo, conforme colocado por Whitacker (2003, p.124), devemos compreender alguns níveis de determinação que estão articulados à coexistência nas cidades dos pares dialéticos: público/privado e individual/coletivo, que são complementares e contraditórios. Sendo o primeiro par relacionado ao acesso que cada indivíduo vai ter aos "espaços" que compõem a cidade, e o segundo referente às necessidades que são criadas.

Assim, tomando como base essas acepções de reestruturação, enquanto modificações espaciais, possibilitadas por alterações na divisão técnica, territorial e social do trabalho, torna-se viável tecer considerações sobre a dinâmica da centralidade urbana, que também sofrerá transformações, acarretado a necessidade de se repensar a relação do par antagonico centro periferia.

### **O CENTRO/CENTRALIDADE NO CONTEXTO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA**

As cidades e seus espaços internos apresentam especificidades de acordo com as características sociais, políticas e econômicas, visto que são frutos das necessidades próprias de cada contexto espaço-temporal. Porém, conforme destacado por vários estudiosos de viés marxista como, Lefebvre, Soja, Harvey, entre outros, não se pode desconsiderar a dialética socioespacial, posto que se de um lado tem-se consumo e transformação espacial e de outro os efeitos deste sobre o social.

Abordar a estrutura urbana a partir da perspectiva de concentração diferenciada de atividades nos espaços possibilita o reconhecimento de lugares que se distinguem em relação aos demais, e mantêm com estes interações por meio de fluxos, constituindo as centralidades, as quais abarcam as escalas intra e interurbanas, por meio das redes de reprodução, pelos conteúdos sociais etc. Afinal, conforme afirma Lefebvre (1999) não existe realidade urbana sem centro, o essencial do fenômeno urbano está na centralidade, ainda conforme este autor

Mas na centralidade considerada com o movimento dialético que a constrói e a destrói, que a cria ou estilhaça. Não importa qual ponto possa tornar-se central, esse é o sentido do espaço-tempo urbano. A centralidade não é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo. E, no entanto, não importa qual seja esse conteúdo (LEFEBVRE, 1999, p.110).

Os estudos pioneiros acerca da centralidade foram desenvolvidos na década de 1930 por Walter Christaller tendo como base a regularidade da distribuição e do desenvolvimento das localidades com funções urbanas, considerando a escala regional. A teoria dos lugares centrais de Christaller constitui-se importante instrumento para a compreensão da dinâmica urbana, pois segundo Lima Filho (1975, p. 11) o conceito de cidade como lugar central, “explica simultaneamente a interação das cidades na sua posição relativa no espaço geográfico e o grau das funções de lugar central a serem desempenhadas dentro de seus limites”. Em perspectiva semelhante, Lefebvre (1999, p.111), coloca que as cidades possuem a capacidade de atrair vários objetos criados pela natureza e pelo trabalho, como os produtos e os produtores, e, portanto, elas centralizam as criações.

Inicialmente, para explicar as transformações ocorridas no espaço no decorrer do tempo e seu zoneamento morfológico-funcional, a exemplo os modelos desenvolvidos pela Escola de Chicago, eram utilizadas teorias da ecologia vegetal adaptadas para a “ecologia urbana”, que, tomavam como base a disputa por territórios, pelo estabelecimento de usos similares para a concretização da organização espacial urbana. Apesar, do reconhecimento da inviabilidade da associação dos processos espaciais urbanos à ecologia vegetal, visto que estes são de natureza social, cunhados pela própria sociedade, nestes estudos, segundo Whitacker (2003, p.129) foram desenvolvidos alguns conceitos básicos, como área central, centralização e descentralização os quais tiveram e têm grande influência na análise da cidade, pois, com conteúdo diferente, ou não, passaram a compor os instrumentos de discussão e análise sobre a centralidade.

Para Lefebvre (1999, p.115) a centralidade originou-se a partir da ação de amontoar algo, cuja ação é tipicamente social, e vem historicamente sofrendo modificações. No espaço urbano, a expressão máxima processo está no centro principal, contudo essa centralidade está passível de manifestação em vários outros pontos do espaço urbano, desde que tenham condições para isto. A permanência de uma centralidade está condicionada pelo alcance espacial mínimo oferecido pela mesma, ou seja, pela sua acessibilidade.

Segundo Sposito (2004) o centro constitui-se pelo processo de centralização de atividades, ou seja, de convergência de elementos aglutinadores que demandam a concentração de fatores fundamentais (comércio, serviços, gestão pública e privada, lazer e valores materiais e simbólicos) para a manutenção da sociedade em um espaço determinado.

A aglomeração<sup>4</sup> para poupar os desgastes e otimizar os deslocamentos, segundo Villaça (2001, p.239) “espaciais regulares e socialmente determinados” é sua essência. Assim, como este se destaca como o nódulo da rede viária urbana, é onde convergem/divergem os fluxos para a realização de atividades nele localizadas, e para a interação com atividades em outras áreas no interior da cidade (SPOSITO, 1991, p.6). Acrescenta-se ainda que ele se destaca na paisagem da cidade pelo seu grau de verticalização. Sinteticamente,

[...] é nesse ponto, que está cristalizada a maior quantidade de trabalho socialmente necessário despendido na produção da aglomeração e pela aglomeração. Isso significa que nenhum outro ponto o supera em matéria de trabalho cristalizado, em valor de uso, ou seja, em acessibilidade. (VILLAÇA, 2001, p.241).

Na perspectiva de Castells

O centro de negócios é o motor econômico da cidade em rede com a economia global. O centro de negócios é formado de uma infra-estrutura de telecomunicações, comunicações, serviços avançados e espaços para escritórios baseados em centros geradores de tecnologia e instituições educacionais. Prospera em processamento de informação e funções de controle. Geralmente é completado por instalações de turismo e viagens. É um nó da rede intermetropolitana. Portanto, o centro de negócios não existe por si mesmo, mas pela sua conexão com outros locais equivalentes organizados em uma rede que forma a unidade real de gerenciamento, inovação e trabalho. (CASTELLS, 1999, p. 426).

O espaço urbano é marcado pela dinamicidade, está em constante desenvolvimento e modernização. Pela concentração de diversas funções, conteúdos, e, por conseguinte formas, sua estrutura é suscetível a modificações possibilitadas, dentre outros fatores, pelo movimento da centralidade, em grande medida influenciado pelas atividades de comércio e serviços. Lefebvre (1999, p.112-113) destaca duas tendências relacionadas ao estabelecimento das formas urbanas de acordo com a lógica das relações sociais e econômicas vigentes:

a) a tendência à centralidade, através dos distintos modos de produção e as diferentes relações de produção; tendência que vai atualmente até o ‘centro decisional’, encarnação do Estado, com todos seus perigos.

b) a tendência à policentralidade, à oni-centralidade, à ruptura do centro, à desagregação, tendência orientável, seja através da constituição de diferentes centros (ainda que análogos, eventualmente complementares), seja até a dispersão e a segregação.

Esses movimentos condicionam a estruturação urbana e das cidades. Originalmente as cidades apresentavam um único centro, a partir do qual elas se desenvolviam, portanto caracterizavam-se como monocêntricas. Todavia, devido, dentre outros fatores, à intensa urbanização, à difusão dos meios de transportes individuais, à difusão de novas tecnologias, e surgimento de deseconomias nas áreas centrais e de fatores atrativos nas áreas não centrais, as cidades passaram-se a um padrão multi(poli)cêntrico, isto é, com várias centralidades, e padrões de deslocamento. Em decorrência da concretização do processo de descentralização, desenvolve-se uma (re)organização e complexificação do espaço urbano a partir do surgimento de diferentes centralidades, cujas categorias são determinadas, dentre outros fatores, pela condição socioeconômica da população e pelo tipo de serviço oferecido, afinal as centralidades apresentam um caráter seletivo. Contudo,

É preciso avaliar esta descentralização, porque não revela dispersão ou distribuição das atividades tradicionalmente centrais pela cidade, mas ao contrário, revela novas formas de centralidade. Ao negar a concepção de centro único e monopolizador, recria a centralidade, multiplicando-a através da produção de novas estruturas que permitem novas formas de monopólios, porque (re)especializam e (re)espacializam as atividades comerciais e de serviços, reproduzindo em outras áreas da cidade as condições e qualidades centrais. (SPOSITO, 1991, p.13).

<sup>4</sup> Como nem todos podem aglomerar no mesmo ponto alguns são obrigados a afastar, surgindo simultaneamente o centro e o não centro. Sendo que na cidade capitalistas os afastamentos são determinados pelo mercado. (VILLAÇA, 2001, p.238)

Como conseqüência ou manifestação da poli(multi)nucleação, ocorre um relativo enfraquecimento dos centros principais como aglutinadores do espaço urbano. Todavia, no contexto das metrópoles nacionais apesar dessa “decadência” ou “crise”, os centros tradicionais mantêm a sua capacidade de influência sobre toda a cidade, fato esse que pode ser comprovado pela presença de lojas, escritórios, serviços, sedes de administração e gestão de empresas que se encontram espalhadas pela cidade. Assim sendo, os centros principais continuam sendo os focos irradiadores da organização espacial urbana. (VILLAÇA, 2001, p.245).

Neste contexto, como expressão das novas dinâmicas sócio-espaciais e das novas demandas do processo produtivo, o espaço urbano sofre modificações em suas formas espaciais, seja pela criação ou adequação, as quais são refletidas nas funções. Conforme destacado por Whitacker

(...) há uma nova valoração. Novas e velhas formas convivem com novos e velhos usos, mas num certo descompasso entre a rigidez das formas e o uso cambiante, os fluxos são cada vez mais dinâmicos e dinamizadores, e, às vezes, há o contrário, ou seja, uma ausência de fluxos (WHITACKER, 2003, p.139).

A cidade contemporânea passa a ser caracterizada pela fragmentação, e ao mesmo tempo articulação, com novas expressões de centralidade, que imprimem uma estrutura urbana poli(multi)nuclear, onde passa ser permitida uma maior convivência de grupos homogêneos. Todavia, as novas centralidades revelam uma separação socioespacial no espaço urbano, na medida em que atendem as necessidades de consumo individual geradas de modo “estratificado” socioeconomicamente, reproduzindo a segregação socioeconômica.

Os *Shopping Centers* destacam-se dentre as novas centralidades surgidas a partir da concretização do processo de descentralização das atividades tradicionalmente centrais. As novas centralidades, consubstanciadas pela instalação dos *Shopping Centers*, representam a concretização dos processos acima mencionados, bem como imprimem novas dinâmicas espaciais, fundamentalmente, na área de seu entorno, na medida que pressupõe o aumento dos fluxos e de novas atividades de comércio e serviços, necessitando, portanto de (re)adequações dos fixos já existentes, como por exemplo, construções de viadutos e modificações na organização viária, o que conseqüentemente ocasiona uma valorização das áreas no entorno do empreendimento.

### **SHOPPING CENTERS: Novas Centralidades que Expressam a Reorganização Capitalista Contemporânea**

Os estudos de Kelly (1955) e Hoyt (1958) *apud* Serpa (1991, p.41) apontam que os *shopping Centers*, juntamente com os supermercados e hipermercados, seriam inovações do comércio varejista. Sendo que, os primeiros são amplamente abordados, talvez porque consistem em “objetos” que expressam, nas palavras de Bienenstein (2001, p.71) “a reorganização contemporânea do capital, que por sua vez, tem transformado intensamente as cidades”, são simultaneamente empreendimentos comerciais e imobiliários.

O *Shopping Center* é definido como

[...] um empreendimento imobiliário de iniciativa privada que reúne, em um ou mais edifícios contíguos, lojas alugadas para comércio varejista ou serviços. Distinguem-se umas das outras não somente pelo tipo de mercadoria que vendem (o *tenant mix* planejado pela empresa prevê a presença de várias lojas do mesmo ramo para permitir a compra por comparação), como também por sua natureza distinta (lojas âncoras e lojas de comércio especializado e serviço – que podem ou não pertencer a redes). A estrutura e funcionamento do empreendimento são controlados por um setor administrativo, necessário para o funcionamento eficaz do *shopping center*, o que significa dizer que é o setor, cuja responsabilidade é zelar pela reprodução do capital da empresa. Além disso, está a presença de um parque de estacionamento, cujo tamanho se encontra na dependência do porte do empreendimento e de sua localização. Historicamente, é um fenômeno característico das sociedades capitalistas monopolistas (ainda que não necessário) (PINTAUDI, 1992, p. 15-16).

A partir dessa definição pressupõe para a existência dos *Shopping Centers*, a presença, da iniciativa privada, a prática do aluguel das lojas à comerciantes, a combinação de várias lojas, sendo algumas lojas âncoras e a presença de estacionamento.



Considerando essa perspectiva, destaca-se que os *Shopping Centers*, enquanto novas centralidades, buscam maior rentabilidade, através da monopolização do espaço, um mecanismo eficiente para a reprodução de capital. Sendo, esse aspecto, segundo Bienenstein (2001, p.95) a essência e o fenômeno dos *Shopping Centers*.

Esses empreendimentos surgiram entre o final do século XIX e início do século XX, nos EUA, segundo Bienenstein (2001, p.74-75) em um contexto marcado pela concentração espacial do capital, onde a partir da integração vertical dos processos de produção, comercialização e administração, buscava a ampliação da reprodução do capital. Assim sendo, destaca-se que pressupostos norteadores da constituição dos *Shopping Centers* estão representados pela economia capitalista de aglomeração, a fim de reduzir os custos e aumentar os lucros.

Além disso, destaca-se que a difusão dos *Shopping Centers* foi propiciada pela intensificação do crescimento tanto demográfico quanto espacial das cidades e pela popularização dos meios de transportes flexíveis, cujos elementos possibilitaram a desconcentração das atividades de comércio e serviços do centro principal. Assim, os *Shopping Centers* surgiram para atender a população que após a década de 1930 deslocou para as áreas suburbanas.

As transformações econômicas e tecnológicas permitiram a internacionalização das alterações das formas de produção e consumo, cujos fatores viabilizaram a proliferação dos *Shopping Centers* em esfera global.

No Brasil, o primeiro *Shopping Center* instalado foi o Iguatemi, em 1966, em São Paulo, permanecendo hegemônico até o final da década de 1970. Todavia, mesmo com a redução do poder de compra dos consumidores devido à crise na economia nacional, o *boom* destes estabelecimentos ocorreu na década de 1980, sendo os mesmos concentrados, sobretudo na região sudeste do país, onde já concretizava os processos de industrialização e urbanização<sup>5</sup>; a concentração dos rendimentos financeiros, mudanças nos hábitos do consumo, etc (PINTAUDI, 1992, p. 17-20).

A tendência de expansão do setor foi confirmada nas décadas seguintes, especialmente na região sudeste, onde há o maior número de empreendimentos. Na segunda metade da década de 2000, a previsão é de um incremento de 70 novos *shopping centers*, passando de um total de 338 em 2005 para 408 em 2010. Em setembro do ano de 2010, eram 218 (54%) dos 401 empreendimentos existentes. Além disso, destaca-se que destes 132 estavam no estado de São Paulo e 52 na capital paulista (ABRASCE - Associação Brasileira de Shopping Centers, 2010).

Os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais são o segundo e o terceiro com maior número destes estabelecimentos, com 48 e 35 unidades, respectivamente, segundo a Abrasce. Em contrapartida os estados do norte e nordeste apresentam os menores índices de *Shopping Centers*. A presença de um mercado consumidor de alto poder aquisitivo é determinante nessa conjuntura.

Na medida em que comercializam diversos tipos de mercadorias e oferecem uma variedade de serviços, estes estabelecimentos criam novas centralidades, talvez com uma multiplicidade funcional, menor que a do centro tradicional. Além disto, a partir de sua instalação são atraídas outras atividades comerciais e de serviços para suas adjacências, podendo ser criados novos subcentros (SPOSITO, 1991, p. 12).

Neste sentido, são responsáveis por reforçar o processo de popularização e “desvalorização” da área central e valorização de novas áreas da cidade que adquirem novas feições.

Cabe destacar que, fundamentalmente na América do Norte os *Shopping Centers* situam fora da cidade, e no Brasil, ao contrário eles localizam-se na cidade ou em seus bairros mais periféricos e valorizados. Assim, aqui, em decorrência de serem planejados e com fácil acesso, as possibilidades de atrair os consumidores que anteriormente faziam compras em outras centralidades são maiores.

Além disso, considerando que os subcentros comerciais de bairro não oferecem estacionamentos, bem como ampla seleção de mercadorias, Hoyt *apud* Serpa (1991, p.55) destaca que “a presença crescente dos *Shopping Centers* no espaço urbano pode alterar o

<sup>5</sup>Foi a industrialização que promoveu a concretização do processo de urbanização, a partir da instalação de infraestruturas que permitiram a concentração da sociedade. No entanto, cabe destacar que a cidade não constitui um espaço dedicado exclusivamente ao processo industrial.

quadro da estrutura comercial já existente, repercutindo na dinâmica dos subcentros comerciais espontâneos”.

Com relação à localização desses empreendimentos, no âmbito do espaço urbano, destaca-se que fatores como a acessibilidade, o mercado consumidor, o custo do terreno e áreas amplas são essenciais para a sua determinação. De modo geral, os *Shopping Centers* tendem a instalarem em áreas periféricas próximos à vias expressas, conforme destaca Pintaudi (1992, p. 42) eles não são frutos do prolongamento, da expansão comercial de um lugar, mas antes de tudo uma ruptura com o virtual destino de um lugar. Neste sentido, destaca-se a afirmação de Sposito (1991, p. 12) em que esses empreendimentos caracterizam por apresentarem uma espacialização socioeconômica, uma vez que voltam para a população de maior poder aquisitivo, oferecendo facilidades de acesso quando utilizado o transporte individual.

Em seus estudos sobre as modificações da estrutura comercial após a Segunda Guerra Mundial, Hoyt (1958) *apud* Serpa (1991, p. 54) busca realizar uma classificação dos *Shopping Centers* segundo suas características mais significativas, considerando basicamente sua dimensão e tipos de lojas. Neste sentido, esses centros de compras foram classificados segundo quatro categorias principais, a saber: o grande Shopping Center regional; o shopping Center comunitário; o grande shopping Center de bairro e o pequeno shopping Center de bairro. Onde o primeiro apresenta grandes lojas de departamento, o segundo possui lojas de departamento de menores dimensões, o terceiro possui lojas de variedades ou lojas de âmbito familiar e no último estão apenas lojas de primeiras necessidades e supermercado do tipo “drug store”.

Tendo como base uma classificação semelhante dos *Shopping Centers*, de acordo com a ABRASCE, no Brasil predominam os Shopping Centers Regionais, os quais exercem influência numa raio de 15 a 20 km de distância.

Em decorrência do intenso uso do automóvel para o deslocamento até os *Shopping Centers*, desencadeia-se numa concentração do tráfego em seu entorno, que num curto período temporal muda a dinâmica espacial da área em que se localizam. Além disso, conforme destaca Pintaudi, (1992, p.43) na medida em que atendem apenas alguns estratos da sociedade, os *Shopping Centers* são espaços que segregam, principalmente em países como o nosso. Esses empreendimentos são expressões das modificações dos hábitos da sociedade urbana e da configuração do espaço urbano, na medida em que induzem o crescimento e valorização imobiliária nas áreas onde se instalam.

### **CONSIDERAÇÕES SOBRE A REALIDADE DE UBERLÂNDIA**

Na cidade de Uberlândia-MG localizada na microrregião do Triângulo Mineiro, as condições propícias para a concretização do processo de descentralização e surgimento de novas centralidades, faziam-se notáveis entre as décadas de 1970 e 1980<sup>6</sup>. Quando além do mercado consumidor, essencial para a expansão dos estabelecimentos comerciais, havia uma elite econômica e política, condições infra-estruturais instaladas em diferentes pontos da malha urbana.

Todavia, anteriormente na década de 1960 foram instaladas as primeiras superfícies comerciais, naquela época chamadas *Shopping Centers*. O Shopping Center Norte e o Shopping Center Sul, ambos instalados no setor central da cidade, nos Bairros Martins e Nossa Senhora Aparecida, respectivamente. Tais espaços eram voltados para a comercialização, sobretudo de confecções, calçados, artigos de primeira necessidade, como medicamentos, alimentação e estética, o que os caracterizam como galerias comerciais<sup>7</sup>.

Em uma tentativa de promover a valorização do espaço onde concentrava a burguesia, seguindo a tendência de estruturação do espaço urbano pelos interesses de consumo das camadas de alta renda, descrita por Villaça (2001, p.328). O primeiro *Shopping Center* de Uberlândia, o Ubershopping, foi inaugurado em 1987 no Setor Sul da cidade, onde haviam grandes vazios urbanos, cujos terrenos pertenciam à elite política e econômica da cidade.

<sup>6</sup> Para maiores detalhes acerca da cidade de Uberlândia ver Soares (1989;1995), Bessa (2001), Cleps (2005).

<sup>7</sup> Pode-se inferir que o desenvolvimento das galerias comerciais foi o estágio inicial do desenvolvimento dos *Shopping Centers*, posto que viabilizaram a associação dos capitais imobiliários e comerciais e dos espaços públicos e privados.

As características da área, como a ausência de elementos imprescindíveis às atividades comerciais e à centralidade, como a acessibilidade e aglomeração, materializadas em fluxos de pessoas e veículos e em equipamentos urbanos, combinado com o desenvolvimento de uma nova centralidade no setor leste da cidade, onde, em contrapartida tais condições eram oferecidas inviabilizaram que tal empreendimento prosperasse. Logo este foi fechado sendo que sua infra-estrutura foi (re)utilizada para abrigar outras atividades, como: uma Instituição de Ensino Superior, a FPU, empresas de prestação de serviços e um supermercado da rede D'Ville.

Na década de 1990 a permanência de algumas tendências iniciadas nas décadas anteriores, como: de um lado os sinais de decadência do Ubershopping e de outro indicadores apontando para a prosperidade dos *Shopping Centers* nas cidades capitalistas frente ao crescimento da urbanização e do consumo; as a expansão do setor leste da cidade acoplada com a descentralização das atividades da administração pública para as proximidades das instalações da Universidade Federal de Uberlândia e de dois dos principais eixos de ligação do centro da cidade às Br(s), Av. João Naves de Ávila e Governador Rondon Pacheco, asseguram uma conjuntura particular para essa área da cidade.

Tendo em vista tirar proveito das potencialidades que poderiam ser oferecidas por essa área, os empresários donos do grupo atacadista "Armazém do Comércio", o ARCOM, decidiram construir um novo Shopping Center em Uberlândia. Em 1992 foi inaugurado o Center Shopping, o qual foi um marco importante no desenvolvimento das atividades de comércio e serviços em Uberlândia, uma vez que devido aos seus equipamentos, este possui destaque regional, sendo responsável por deslocamentos de pessoas de toda a região para esta cidade para a realização de compras.

Diferente do Ubershopping, o Center Shopping experimentou de um grande desenvolvimento, sendo constantemente reformado e ampliado. Desde a sua inauguração já foram três modificações significativas, uma cinco, outra oito e a última dezoito anos após sua inauguração<sup>8</sup>.

No entorno desse empreendimento também foram significativas as transformações, especialmente na valorização imobiliária e na necessidade de modificações nos sistemas viários e de transportes públicos. No que concerne aos transportes, dentre as medidas tem-se a implantação do corredor estrutural na Avenida João Naves de Ávila, e em relação ao trânsito destaca-se a construção do viaduto sobre a Avenida Rondon Pacheco.

Na década de 1990, inauguraram em Uberlândia outros dois *Shopping Centers*, o Pratic Center e o Griff Shopping. O primeiro foi construído em 1997, na ocasião de implantação do Sistema Integrado de Transporte, o SIT, pela construtora Andrade Gutierrez e o Grupo Algar, ele é administrado pela Cia de Adm. de Terminais e Centros Comerciais, a COMTEC.

O Pratic Center está instalado junto ao terminal central de integração do transporte urbano, na porção da área central, denominada zona periférica do centro, entre as Avenidas Afonso Pena, João Pinheiro e João Pessoa.

Apesar de apresentar menor tamanho e conseqüentemente diversidade de serviços e produtos oferecidos, o Pratic Center possui sua importância para atendimento dos consumidores que utilizam o transporte coletivo, principalmente, às classes sociais de menor poder aquisitivo, o que leva a chamá-lo de "Shopping Popular" Dentre suas principais lojas pode-se destacar a Rede Eletrosom, a Baeta, a Casa das Balas, O Boticário, a Droglíder, e Telne, que podem ser consideradas lojas âncoras.

Em relação à infra-estrutura do Pratic Center Terminal Central, este possui três pisos, sendo o andar térreo destinado as plataformas do transporte urbano, o segundo ao Pratic Center e o andar superior ao estacionamento.

Já o Griff Shopping foi inaugurado em 1993, na Avenida Rondon Pacheco na altura do Bairro Saraiva. Este *Shopping* se distingue dos demais por ser especializado em confecções e acessórios, constitui-se num centro de compras de pequenos atacadista da moda regional.

<sup>8</sup> A partir desta última expansão do Center Shopping, que ainda está em andamento, este terá cerca de 200.000 m<sup>2</sup> de área, importantes lojas âncoras com a Etna (ocupando 3 pisos), mais de 4.000 vagas de estacionamento etc.

Transcorridas algumas décadas desde a inauguração do primeiro *Shopping Center* da cidade, o setor sul é novamente vislumbrado enquanto espaço propício para a instalação desses empreendimentos. De fato as condições atuais são diferentes daquelas de outrora e, portanto, mais profícuas.

Após a década de 1990 o Setor Sul, teve seu grau de ocupação ampliado, fundamentalmente, pelos loteamentos fechados, bem como esta ocupação promoveu a expansão das atividades de comércio e serviços, especialmente os de luxo para esta área, formando na Av. Nicomedes Alves dos Santos<sup>9</sup> – que liga este setor ao centro da cidade – um novo eixo comercial e, portanto com significativo aumento dos fluxos nesta área.

O novo shopping que denominar-se-á Uberlândia Shopping, será de capital português do grupo Sonae Sierra. O que demonstra a tendência do momento atual de internacionalização de capitais e proliferação desses empreendimentos, simultaneamente imobiliários e comerciais, e de aumento dessas novas centralidades no âmbito do espaço intraurbano. O novo Shopping com inauguração prevista para o segundo semestre de 2011 terá uma Área Bruta Locável de 43,6 mil m<sup>2</sup> grupo com cerca de 200 lojas.

A difusão dos *Shoppings Centers* demonstra o domínio espacial, social e econômico da elite na (re)estruturação intraurbana, a concentração de capitais e a segregação.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações na estrutura comercial da cidade refletem o processo de reprodução social. A concretização de transformações como: a ascensão do capital financeiro, mudanças no padrão de consumo, as inovações tecnológicas etc, no final do século XX, com vistas assegurar a reprodução das relações capitalistas de produção, contribuíram para o crescimento da urbanização, e, por conseguinte das atividades de comércio e serviços, bem como redefiniram a centralidade das cidades.

A estrutura comercial foi modificada, a partir do deslocamento de algumas atividades de comércio e serviços, devido à deseconomias gerada na área central, para outros espaços da cidade, onde estão as amenidades que deixaram de ser encontradas no centro. Assim, a partir da descentralização são criadas as novas centralidades, as quais passam polarizar vários deslocamentos.

A emergência dos *Shopping Centers*, no contexto de busca pelo aumento da exploração das vantagens da economia de aglomeração, contribuiu para a reestruturação do espaço urbano, principalmente após a década de 1980, quando assistiu-se a generalização desses empreendimentos no Brasil. Neste contexto, nas palavras de Bienenstein (2001, p.96) os *Shopping Centers* (re)definem a centralidade, (re)valorizam as áreas de seu entorno e engendram novas possibilidades.

Esses empreendimentos expressam a produção monopolista do espaço, na medida em que a concentração territorial do comércio implica numa concentração do capital. Eles buscam localizarem-se em regiões com maior concentração de renda, visto que cada vez mais estão a serviço da reprodução do capital, e, portanto precisam de áreas dinâmicas a fim de garantir a obtenção de maiores lucros.

Ainda que seja crescente o número de *Shopping Centers* e de sua importância enquanto centralidade, a instalação destes não anula a permanência de outras centralidades comerciais, a exemplo dos subcentros tradicionais, e mesmo do núcleo central, ainda que este tenha sua essência modificada, voltando, sobretudo para o atendimento das classes populares. O caráter excludente e segregador destes talvez seja um dos principais motivos para tal conjuntura.

Observa-se no contexto da cidade de Uberlândia, em seu processo de reestruturação das atividades de comércio e serviços, a concretização dos processos de descentralização e de implantação de novas centralidades, como os *Shopping Centers*. A dinâmica social e econômica presentes nesta cidade configuram um campo fértil para o sucesso de tais empreendimentos, de modo que em menos de três décadas serão inaugurados cinco *Shopping*

<sup>9</sup> A ocupação da Av. Nicomedes Alves dos Santos pelas atividades de comércio e serviços foi viabilizada depois de sancionada a lei complementar que alterou seu uso e ocupação do solo.

*Centers* na cidade, dos quais apenas um, o primeiro não prosperou devido a escolha de um local, outrora inconveniente para sua instalação.

Considerando o exemplo de Uberlândia, destaca-se que a implantação dos *Shopping Centers*, no espaço é segue uma dialética, onde não somente estes, mas também os outros equipamentos urbanos em seu entorno, criam nova centralidade distante da área central, cuja aglomeração e acessibilidade é essencial para o sucesso daqueles.

No que concernem aos reflexos dessas novas centralidades na área central tem-se que: as novas dinâmicas econômicas e espaciais (re)definem suas funções. Ela perde principalmente as atividades de comércio e serviços voltadas para as classes de alto poder aquisitivo, porém com a manutenção daquelas atividades voltadas para as classes populares e das funções financeiras.

## REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Shopping Centers – **ABRASCE**. Disponível em: [www.portaldoshopping.com.br](http://www.portaldoshopping.com.br). Acesso em: 28 de set. de 2009.

AMORIM FILHO, O. B; SENA FILHO, N. de. **A morfologia das Cidades médias**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

AMORIM FILHO, O. B; SERRA, R.V. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional**. In: ANDRADE, T. SERRA, R.V. (orgs). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Cap. 1, 1-34.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). São Paulo: Contexto, 2004.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BIENENSTEIN, G.. Shopping Center: O fenômeno e sua essência capitalista. In: **GEOgraphia**, Ano 3, nº6. Rio de Janeiro. Dezembro de 2002. p.71-98.

ENDLICH, Â. M. Centralização, concentração e primazia na política urbana. In: **Espaço e tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba, 2009.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2004, 384 p.

HARRIS, Chauncy e ULLMAN, Edward. **A natureza das cidades**. In: *Cidades*, Vol,2, nº3, pp, 145-163.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999[1970].

LIMA FILHO, A. de O. **Distribuição Espacial do Comércio Varejista da Grande São Paulo**. São Paulo: Instituto de Geografia – USP, Série Teses e Monografias, 15, 1975.

MELLO, J. B. F. de. **Explosões e Estilhaços de Centralidades no Rio de Janeiro**. Revista do Departamento de Geografia. Rio de Janeiro, nº 2: 51-64, Dez. 1997.

MONTESSORO, C. C. L. **Shopping centers e a (re)estruturação urbana em Presidente Prudente/SP**. 1999. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, 1999.

PERREIRA, S. S; MELO, J. A. B. de. Gestão dos resíduos sólidos urbanos em Campina Grande/PB e seus reflexos socioeconômicos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 4, n. 4, p. 193-217, set-dez/2008, Taubaté, SP.

PINTAUDI, S. M. O shopping centers no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização. In: PINTAUDI, Silvana Maria e FRÚGOLI Jr., Heitor (orgs): **Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p.15-43.

SANT'ANA, M. J. R. **Reestruturação urbana e centralidade em Bragança Paulista-SP**. Anais do 1º SIMPGEO/SP. Rio Claro, 2008.

SANTOS, J.. **Reestrutura urbana x reestruturação da cidade**: o caso de salvador. In: X Coloquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 2008.15 p. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/388.htm>. Acesso em: 12 de dez. 2010.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, W. R. da. **Para além das cidades**: centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá. 2006. 263f. Tese (Doutorado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, 2006.

SERPA, V. S. **O Sub-Centro Comercial do Méier**: contribuição do estudo da estrutura varejista intra-urbana derivada do processo de descentralização da metrópole do Rio de Janeiro. 1991. Dissertação (Mestrado) – PPGG/UFRJ, Rio de Janeiro.

SPOSITO, M. E. B. **O chão arranha o céu**: a lógica da (re)produção monopolista da cidade, 1991. 383 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. Centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**. Universidade Estadual Paulista/UNESP. São Paulo, 1991 v.10.

\_\_\_\_\_. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo, 2004. 504f. Tese (Livre Docência)-Faculdade de Ciências e Tecnologia. UNESP-Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2004.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001, 298 p.

WHITACKER, A. M. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto**. 2003. 238f. Tese (Doutorado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, 2003.